

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
*Suplentes:*  
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PR  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

**Atos Administrativos**

 Edital de Concorrência nº 007/2011 2  
 Resoluções de Afastamentos nº 399 a 401/2011 2

**Atos Legislativos**

 Ata da 2025ª Sessão Ordinária 2  
 Ata da 2011ª Sessão Ordinária na Íntegra 4  
 Ata da Comissão de Constituição e Justiça 10  
 Ata da Comissão de Ética Parlamentar 11

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO  
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO  
 Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**

DA PRESIDÊNCIA: Edital de Concorrência

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/CPL  
 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 007/2011  
 COMUNICADO**
**PROCESSO:** 036/2011

**NATUREZA :** Concorrência nº 007/2011

**OBJETO :** Contratação de empresa, para ministrar cursos de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento de servidores públicos, agentes políticos e comunidade em geral da capital, interior e comunidades indígenas, através da Escola do Legislativo – ESCOLEGIS, através da Escola do Legislativo. A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, através da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 109, §3º da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos demais licitantes que a empresa **OBJETIVA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA – ME**, CNPJ: 01.108.601/0001-85, interpôs recurso contra a decisão desta Comissão que habilitou as empresas **A. P. MAIA GOMES**, CNPJ: 00.434.412/0001-30, **COSTA & RAMALHO LTDA – ME**, CNPJ: 84.038.926/0001-66 e **A. L. MARTINS E SILVA LTDA – EPP**, CNPJ: 13.439.346/0001-32 no processo em epígrafe, informando que as licitantes poderão apresentar *contra-razões* no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da presente publicação.

Vistas dos autos franqueada aos interessados conforme art. 109, §5º da Lei 8.666/93.

Outras informações estão à disposição dos interessados em horário normal de expediente neste Poder Legislativo.

Boa Vista-RR, em 16 de junho de 2011.

**Giselma Tonelli**  
 Presidente/ CPL

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 399/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **RODRIGO DE HOLANDA MENEZES JUCÁ**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 19.06 a 23.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:15 horas do dia 19.06.2011**, aonde o mesmo tratará de assuntos de interesse desta Casa Legislativa no Congresso Nacional, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**
**3º Secretário**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 400/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **CÍNTIA ALBUQUERQUE ALVES SOUSA, AP10**, para a cidade de Recife-PE, no período de 20.06 a 29.06.2011, aonde a mesma realizará treinamentos no setor de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**
**3º Secretário**
**R E S O L U Ç Ã O Nº 401/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**
**AUTORIZAR** o deslocamento dos servidores **DANIELLY RODRIGUES DE MELO, Assistente Especial e MÁRIO JUCIVALDO CUNHA DE ALMEIDA, AP-8**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 20.06 a 29.06.2011, aonde os mesmos participarão de curso de aperfeiçoamento sobre processo legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2011

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
**Presidente**
**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**
**2º Secretário**
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**
**3º Secretário**
**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**
**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

 Às nove horas do dia quinze de junho de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima vigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Em seguida, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Coronel Chagas**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de autoria do Deputado **Joaquim Ruiz**, ao Governador do Estado, solicitando a criação do Programa Aluguel Social, para atender famílias em área de risco. Projeto de Lei s/nº, de 14/06/11, do Deputado **Joaquim Ruiz**, que dispõe sobre a concessão de aluguel social às famílias em extrema vulnerabilidade e dá outras providências. Projeto de Resolução nº 011/11, que altera dispositivos normativos, acresce o artigo 113-A e Parágrafos no

Regimento Interno e dá outras providências. **EXTERNO:** Carta s/nº, de 31/05/11, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, encaminhando, para divulgação, o periódico "Norte Científico", daquele Instituto. Ofício nº 1358/2011, de 06/06/11, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, encaminhando tópicos de interesse da segurança pública. Ofício nº 140/11, de 13/06/11, da Secretaria de Estado do Índio, informando que, por determinação do Governador, será atendida a Indicação nº 041 do Deputado **Remídio Monai Montessi**. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Flamarion Portela** iniciou dando boas vindas aos alunos do ensino médio do SESC presentes no Plenário. Continuando, parabenizou o trabalho realizado pela Defesa Civil em prol das vítimas das enchentes no Estado de Roraima, bem como, a sociedade civil organizada, pelas campanhas realizadas, numa clara demonstração de solidariedade e dedicação aos desabrigados. Prosseguindo, lembrou que existem programas sociais de Governo, aprovados e com orçamento consignado em lei, para atender as famílias carentes, além de uma reserva de contingência para os casos emergenciais, destacando que o Governo, neste momento de crise, e considerando que o pagamento dos programas está atrasado há meses, deveria agilizar pelo menos o pagamento do Vale Alimentação, uma vez que a população está passando fome e clama pela volta do benefício. De acordo com o Senhor Parlamentar, o Governo alega que a suspensão do benefício se deu por conta do recadastramento, no entanto, nem os Parlamentares do grupo da situação conseguem explicar que critérios estão sendo adotados para o novo cadastro, ressaltando que, possivelmente, ainda haverá um corte de mais de 80% dos beneficiários. Continuando, afirmou que para o pagamento do pró-custeio, destinado ao homem do campo, não é necessário recadastramento, mas o Poder Executivo Estadual, de forma insensível, não leva o benefício àquela população, que está isolada, sem condições de escoar sua produção, recebendo apenas o apoio da sociedade, uma vez que quem tem recursos legalizados não se manifesta e abandona aquelas famílias que acreditaram nas suas promessas de campanha. Após, deu conhecimento de que, nos últimos seis meses, o Governo deixou de aplicar nos programas de distribuição de renda mais de cinquenta milhões de reais, razão que o levaram a solicitar a convocação do Secretário da Fazenda, para que informe qual o destino desses recursos. Finalizando, informou a criação do Programa Brasil sem miséria, pelo Governo Federal, e fez um apelo ao Governo do Estado para que não realize os cortes nos programas sociais, lembrando que Roraima tem 17% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. O Senhor Deputado **Xingú** usou a Tribuna, inicialmente, para lamentar a saída do Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** da Liderança do Governo, por conhecer sua trajetória política desde que chegou ao Estado, tendo sempre se pautado pela lealdade. De acordo com o Senhor Parlamentar, essa saída representa uma grande perda, pela forma habilidosa como o Referido Deputado conduzia a liderança do Governo nesta Casa. Prosseguindo, disse sentir-se triste por ter que usar a Tribuna para informar que, há cinco dias, comunicou ao Senhor Presidente que nesta Casa há alguns assessores pagos para fraudar, vigiar, denunciar e até contratar outras pessoas para mentirem, com o intuito de desmoralizar seus membros, sem que nenhuma providência tenha sido tomada. Continuando, disse considerar muito a pessoa do Senhor Presidente, defendendo, entretanto, a necessidade de uma postura mais enérgica e a adoção das medidas necessárias para estabilizar esta Casa. Em seguida, destacou que aguardará, até aproxima Sessão, uma posição da Mesa Diretora com vistas a sanar essas questões, afirmando que, se nada for feito, usará novamente a Tribuna, em outro tom, pois não permitirá que pessoas pagas por este Poder denigrem a imagem de seus membros. Finalizou desejando aos seus Pares que sejam felizes e que desempenhem um excelente mandato em prol do desenvolvimento do Estado de Roraima. O Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, em resposta ao Senhor Deputado **Xingu**, disse que esteve com a funcionária referida, que informou ter estado em Mucajá em busca de um processo no qual ela está envolvida, destacando que, como o seu colega, também não tem medo de ameaças. Finalizou sugerindo ao Senhor Deputado **Xingú** a apresentação formal do que tem de concreto, para que tenha em mãos instrumentos para punir as pessoas que, realmente, estejam envolvidas na denúncia. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** iniciou dando boas-vindas aos alunos do SESC presentes nas galerias. Continuando, fez uma retrospectiva dos trinta anos de implantação do Sistema "S" no Estado de Roraima, em especial do SESC, lembrando que, como Primeiro Secretário de Trabalho no Estado, buscou no Rio de Janeiro, através do Presidente da Confederação do Comércio e com a influência do então Governador

de São Paulo, **Paulo Maluf**, a implantação da Delegacia do SESC em Roraima, instalada no prédio onde funcionava a Secretaria de Trabalho, onde funciona até hoje. Em seguida, destacou a importância do Senhor **João de Mendonça**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, à época, para que o SENAI também fosse implantado aqui no nosso Estado. Continuando, destacou também a importância da implantação do SESI em Roraima, ressaltando como objetivo principal do Sistema a qualificação da mão-obra. Prosseguindo, lembrou que, quando Prefeito de Iracema, destinou uma área no centro da cidade, num total de quatro hectares, para que o SESC se estabelecesse naquela localidade, dando oportunidade aos jovens do Município. Dando prosseguimento ao seu pronunciamento, reportou-se a um Projeto de Lei de autoria da Procuradoria do Estado, que tramita nesta Casa, manifestando-se totalmente contrário à possibilidade de o Procurador exercer a função de advogado fora da Procuradoria, por entender que isso tirará a oportunidade dos jovens que estão saindo das faculdades ou até mesmo daqueles que ainda estão entrando. Por fim, agradeceu a todos pela consideração enquanto esteve como Líder do Governo, ressaltando que sempre procurou fazer um debate respeitoso, ao mesmo tempo em que pediu desculpas se, em algum momento, exaltou-se nas palavras. **ORDEM DO DIA:** Não houve. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Marcelo Natanel** informou aos servidores da Saúde presentes nas galerias que se reunirá com os demais Deputados para analisar a possibilidade jurídica de se convocar os candidatos aprovados no último concurso, destacando que todos os esforços serão dispensados para a resolução de pleito. O Senhor Deputado **Jalser Renier**, também referindo-se aos servidores da Saúde, informou que o Projeto já foi encaminhado para a Casa, lembrando que falta apenas um posicionamento da Assembleia para que seja colocado em pauta. Após, solicitou ao Senhor Presidente que coloque o Projeto na pauta da Ordem do Dia, o mais rápido possível, para que seja votado e aprovado. O Senhor Presidente informou ter sido procurado por algumas categorias da Saúde, como fonoaudiólogos e fisioterapeutas, que alegaram não estarem recebendo o mesmo tratamento dispensado aos outros técnicos. Continuando, informou que já esteve reunido com o Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** analisando a possibilidade de buscar junto ao Secretário de Saúde, Doutor **Leocádio**, uma solução para o problema, uma vez que esses profissionais tiram plantões da mesma forma que os médicos. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** parabenizou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pela passagem do seu aniversário, desejando-lhe muita saúde e sucesso, bem como, a ex-Deputada Federal **Maria Helena Veronesse**, Presidente da EMHUR, desejando-lhe sucesso frente àquela pasta. Após, corroborando com as colocações do Senhor Deputado **Marcelo Natanael**, pediu o apoio dos demais colegas no sentido de ouvir os servidores da Saúde, por entender que o setor passa por um momento de crise, tanto na gestão como na qualidade dos serviços oferecidos. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus**, juntando-se aos demais Deputados que o antecederam, defendeu a categoria da Saúde, solicitando ao Presidente que forme uma comissão para ouvir todas as classes da referida Secretaria, de modo a incluir aquelas que não estão sendo contempladas, bem como, coloque o Projeto em votação, de imediato, para que eles possam usufruir desses benefícios tão esperados ao longo desses anos. Finalizando, parabenizou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pela passagem do seu aniversário, desejando-lhe votos de muitos sucessos nessa missão de bem defender Roraima. A Senhora Deputada **Ângela Á. Portella** parabenizou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pela passagem do seu aniversário, bem como, o Professor **Ricardo**, do SESC, pela iniciativa de trazer os alunos a este Parlamento. Finalizou manifestando seu total apoio aos profissionais da Saúde. O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, também reportando-se aos servidores da Saúde, afirmou que este Poder já abraçou a causa, lembrando que resta apenas buscar uma saída legal para se fazer um aproveitamento do concurso público e de todos aqueles que estão classificados. Finalizou convocando os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para reunião, no Plenário, após a Sessão. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** também parabenizou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pelo seu aniversário, desejando-lhe muita saúde, juntamente com sua família. Após, disse que defender concursado é sempre muito bom, pois sabe que as pessoas que se submetem a um certame se dedicam para alcançar o mérito. Ao continuar, disse que qualquer projeto que venha a esta Casa, nesse sentido, será aprovado por unanimidade, assim como foi aprovado o do DETRAN, sugerindo que, enquanto não se resolve a demanda judicial, sejam convocados os aprovados, por ordem de

classificação. Finalizou reafirmando que a Assembleia se manifestará de forma unânime no sentido de aprovar o referido Projeto. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** lembrou que para se realizar um concurso público, há algum tempo, custava muito caro para o político, destacando o caso do Senhor Deputado **Flamarion Portela**, que, quando Governador do Estado, realizou o concurso, tendo sido muito criticado, ressaltando a necessidade de se dar oportunidade a essas pessoas de entrarem pela porta da frente, e não indicadas por políticos ou quem quer que seja. Finalizando, afirmou que sempre defendeu os direitos fundamentais dos cidadãos, frisando que os servidores da saúde podem contar com o seu total apoio na aprovação do Projeto. O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, inicialmente, disse conhecer o sentimento dos servidores da Saúde, bem como, de quem está esperando para ser convocado para o serviço, destacando que, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, analisará, com bastante critério, todas as possibilidades legais de estender às outras categorias os mesmos benefícios das que estão sendo beneficiadas. Por fim, parabenizou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pela passagem do seu aniversário. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** iniciou parabenizando o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pelo seu aniversário. Em seguida, referindo-se ao Projeto da Saúde, destacou se tratar apenas do aumento dos plantões e das vagas do anexo da Lei nº 392/03. Prosseguindo, informou já ter repassado para algumas pessoas a relação dos nomes dos aprovados no concurso de 2007 que ainda não foram chamados, lembrando que não havia vagas no quadro geral do Estado para comportar esses servidores. Finalizou firmando o compromisso com o pessoal da Saúde de acompanhar o plano de cargos que está sendo elaborado, ressaltando que, no momento certo, levará para ser discutido com as categorias. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**, como Presidente da Comissão da Saúde, disse ter conversado com os demais membros sobre o acompanhamento que farão com relação à convocação dos servidores da Saúde, para que não ocorra nenhum problema que, no futuro, venha refletir naquilo que foi aprovado agora, lembrando que o objetivo será beneficiar os aprovados do concurso público que não foram convocados. Finalizou fazendo um apelo aos três Senadores do Estado, no sentido de estudarem um meio de absorver parte dessa mão-de-obra que vai ficar sem emprego, alocando-os nos distritos Yanomami e Leste, que precisam de pessoas qualificadas. O Senhor Presidente parabenizou o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pela passagem do seu aniversário, bem como, o Senhor Deputado **Jalser Renier**, pela chegada do seu herdeiro. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente em exercício declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 16, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 16/06/11

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 201ª SESSÃO, EM 03 DE MAIO.

41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia três de maio de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima décima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Primeiro Secretário *Ad hoc*.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloque em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis

permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Procedo à leitura do Expediente.

### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 019/11, de 29/04/11, do Gabinete do Deputado Coronel Chagas, informando que, no dia 03/05/11, a Comissão de Defesa do Consumidor realizará Audiência Pública, no Plenário Valério Magalhães desta Casa Legislativa.

### EXTERNO:

Carta Circular nº 015/2011 – PRE, de 18/04/11, do Sistema FIER, apresentando a publicação da Agenda Legislativa da Indústria 2011;

Ofício Circular nº 056/2011/GP-UNALE, de 20/04/11, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE, comunicando que a UNALE e a OAB – Seccional de Pernambuco, impetraram ação requerendo a declaração de inconstitucionalidade de artigos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa daquele Estado;

Ofício nº 103/ASSPM-ETFR/11, de 26/04/11, da Associação dos Policiais Militares do ex-Território Federal de Roraima, comunicando a posse de sua nova Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário **Ionilson Sampaio** – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas que nos prestigiam nesta Sessão Ordinária, amigos da imprensa.

Ocupo esta tribuna na manhã de hoje, para fazer alusão a uma data importante que, pelos últimos acontecimentos no mundo, pode até passar despercebida, mas tem uma representatividade importante para este poder e, principalmente, para o povo.

Instituído pela Lei 6.230, de 27 de julho de 1975, é comemorado hoje, 03 de maio, o Dia do Parlamento. Sem sombra de dúvida, o Parlamento é o coração do próprio processo democrático.

A história do Parlamento Brasileiro, em especial, é profícua. Fomos o primeiro Poder Legislativo constituído na América Latina. A história nos mostra que em 1823, reunia-se a primeira Assembleia Constituinte.

Desde aquela época, o legislativo tem se consolidado como importante instrumento democrático, capaz de traduzir os anseios da população, que por sua vez, escolhe seus representantes a cada quatro anos, outorgando plenos poderes para bem representar seus anseios e aspirações, bem como a efetivação de projetos visando o bem-estar coletivo.

O Parlamento, não só no Brasil, mas no mundo, é o escoamento natural das grandes propostas do povo. Por aqui circulam propostas no campo da educação, da saúde, da habitação, do trabalho, dos direitos humanos. Enfim, aqui pulsa o coração de cada roraimense e dos que escolheram esta terra para terem seu lar, e acreditam e depositam suas esperanças de dias melhores.

Essa, sem dúvida, é uma comemoração oportuna, porque ao valorizar a representação popular e política do Parlamento, acaba-se por chamar a atenção da sociedade para sua importância.

Não podemos deixar de fazer um registro especial e homenagear os Parlamentares Constituintes que tiveram a nobre missão de implantar este Poder em 1991, a exemplo da ex-Deputada Constituinte **Noêmia Bastos Amazonas**, a qual carinhosamente, foi homenageada com seu nome neste Plenário, e de tantos outros que aqui passaram e deixaram seu nome registrado pelo trabalho desenvolvido em prol do povo roraimense.

Viva o Parlamento!

Parabéns a todos que atualmente integram este Poder. Era o que tinha dizer Senhor Presidente. Bom-dia a todos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Uso a tribuna nesta manhã para informar que apresentei um projeto em que prática de aventura ainda não está regulamentada e, elaborei esse projeto de lei, para que possamos juntos regulamentá-lo, tendo em vista que o turismo é uma das saídas para que possamos gerar emprego e renda para o nosso povo, e para fortalecer a economia do nosso Estado.

Roraima tem se destacado como o local exato para a prática de esportes radicais, tendo em vista ter muitas montanhas propícias, atraindo com isso muitos turistas de diversos Estados e até de outros

países, apaixonados por estas modalidades de esportes.

O turismo de aventura compõe-se do arvorismo, montanhismo, ciclismo, atividades equestres, exploração de cavernas, percursos fora de estradas, cachoeirismo, canoagem, caminhadas, escaladas, rapel, entre outros, e o nosso Estado está muito propício a tudo isso.

A presente proposição pretende dispor sobre atividades do turismo de aventura, regulamentando atividades de forma a preservar, principalmente, os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários que é muito importante, tendo em vista que, é uma prática que envolve muita segurança, e qualificar os profissionais envolvidos na operação das respectivas modalidades.

O turismo de aventura ou esporte de aventura precisa ser incentivado pelo nosso Estado, mas precisam ser praticados de forma a garantir a segurança dos turistas, respeitando principalmente, a visão do desenvolvimento sustentável, da preservação da natureza e da geração de emprego e renda às comunidades tradicionais e comunidades locais.

Com a provação desse projeto de lei, estaremos regulamentando a fiscalização dessas atividades através dos órgãos responsáveis pelo turismo em Roraima, que é o DETUR, e pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, para que o turismo de aventura seja sempre exercido em locais adequados, com a utilização de equipamentos em perfeito estado de manutenção e com a orientação de profissionais capacitados, visando à máxima segurança dos usuários.

O turismo de aventura se agrega ao eco-turismo, necessitando para isso que seja feito a observância dos princípios de desenvolvimento sustentável, devendo a respectiva prática ser feita de maneira a não causar impacto à natureza e não causar danos que atinjam os recursos naturais, culturais do nosso Estado, ou seja, o turismo é uma das saídas para que possamos fomentar a economia do nosso Estado e, também, deve ser praticado de acordo com as legislações ambientais e preservando a segurança de todos aqueles que devem fazer uso dessas práticas esportivas. As empresas têm que oferecer segurança.

Deputado **Erci de Moraes**, campeão de votos na região de Malacaxeta visitei aquela região, o “Jacaminzinho”, semana passada e, fiz uma indicação para a recuperação das estradas de acesso à Vila Taboca, RR-207, na Vicinal do Jacaminzinho, incluindo uma ponte com dois bueiros, bem como a estrada de acesso a maloca da Malacaxeta, na 342 PPA, Município de Cantá.

Meu amigo Platão Arantes, essas fotografias ilustram muito bem as condições das estradas da Malacaxeta, Jacamim, Jacaminzinho e Vila Taboca. Gostaria de ter aqui o apoio e a solidariedade de todos os demais amigos, do meu amigo também, Deputado **Xingu**, que conhece muito bem a região para que possamos juntos solicitar ao Governo do Estado a recuperação dessas vicinais e dessas rodovias, para que o nosso povo do setor produtivo tenha acesso as suas propriedades e possa, a partir da produção, escoá-la para que seja comercializada aqui na feira do produtor onde estar o consumidor final.

Era o que eu tinha dizer Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, informo aos meus colegas, à sociedade roraimense, à imprensa, que hoje ficou pronta a Carta sobre a situação da saúde do nosso Estado sobre o que nós discutimos no nosso primeiro Simpósio. A Carta está com o relatório preliminar que todos vocês irão receber ainda hoje. Foi-nos pedido pela assessoria da Casa, pela Presidência da Casa, que os Deputados que quisessem fazer algumas sugestões para que possamos produzir o relatório final, Deputado **Chicão**, teria até a próxima quarta-feira, até porque não pode demorar tanto para que possamos concluir e levar à sociedade roraimense para que possa ter conhecimento desse relatório final. Portanto, está pronto o relatório preliminar com as sugestões de todos os grupos de trabalho. Isso vai ser sintetizado até a próxima sexta-feira. Creio que foi um trabalho importante. A Assembleia Legislativa avançou muito quando nós discutimos a questão da saúde do nosso Estado. Infelizmente, nós tivemos o pedido de CPI recusado nesta Casa, mas isso não nos impede de, sem CPI, continuar cobrando do Governo do Estado as suas responsabilidades, dos nossos gestores mais investimentos na saúde e melhores condições de saúde para a nossa população.

Estivemos também, na semana passada, no Ministério Público Estadual, conversando com a Promotora de Saúde, Doutora **Jeanne**, e ficou acordado que ainda no final de maio nós iremos convidar todos os Prefeitos Municipais, junto com os seus Secretários de Saúde, para também, continuarmos trabalhando para a solução dos problemas de saúde do nosso Estado.

O que fica muito claro nesse relatório preliminar, Deputado **Joaquim Ruiz**, Presidente da Comissão de Saúde, é que há necessidade

urgente de se repactuar todo o nosso sistema. Não tem outra saída. É preciso que as nossas autoridades sentem-se à Mesa junto com o Ministério Público e a Assembleia Legislativa será fiadora desse processo e irá garantir essa repactuação do nosso sistema de saúde. O relatório preliminar ficou pronto e está na assessoria de comunicação, e nós, Parlamentares, temos ainda a prerrogativa, se quisermos inserir alguma coisa nesse documento. Se quiserem, que o façam até a próxima quinta-feira para que se conclua esse documento e possamos levá-lo ao conhecimento das nossas autoridades e da sociedade roraimense como um todo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Eu só queria fazer uma observação para o enriquecimento do seu pronunciamento. Nesta forma de consenso e entendimento onde podemos fazer políticas públicas com seriedade e resolvermos a situação de Roraima que é tem uma população muito pequena e não merece pagar um preço tão caro como está pagando, nesses dias Deputado **Ionilson**, vendo uma reportagem na televisão, constatei que estamos vivenciando uma situação crítica no Sistema Único de Saúde que o Estado de Roraima atravessa, mas, no Estado de São Paulo hoje, está faltando médicos de várias especialidades, porque o que o SUS paga por uma consulta não é viável para ao médico. Então, parabéns a Vossa Excelência. Temos que buscar a quatro mãos uma solução definitiva. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua - Obrigado Deputado **Chicão**. Concedo um aparte ao Líder do Governo, Deputado **Joaquim Ruiz**.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado chegou à hora de nós termos coragem e enfrentarmos esse problema que se arrasta há vinte e cinco anos, e buscar pelo menos as soluções mais emergências para resolver o caos que está a saúde. Eu entendo perfeitamente que o problema da saúde é a nível nacional, mas temos que fazer a nossa parte. Concordo com Vossa Excelência, e tão logo tenhamos esse relatório final, tenho um pedido do Centro de Referência Estadual do Trabalhador em Saúde de Roraima que não foi convidado para participar do Simpósio, pedindo para que seja incluso na carta suas reivindicações. Acho justo e vou encaminhar. E depois, fechada a Carta, vamos reunir a Comissão e buscar esse entendimento para que a Assembleia, na função de um órgão independente, desempenhe a sua função no Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Ionilson** continua – Obrigado Deputado pela colaboração de Vossa Excelência. Portanto, nós estamos apenas prestando esses esclarecimentos porque esse relatório não está concluso e, com certeza, irá sofrer algumas modificações para o seu aperfeiçoamento. Inclusive, Deputado **Joaquim** aquela sugestão que Vossa Excelência deu de a incluirmos no documento como proposta da Comissão de Saúde estava olhando no relatório preliminar e ela não está aqui, mas, iremos incluir novamente. Agora, os grupos de trabalho não podem mais incluir porque já passou o prazo, contudo, se alguém tiver uma sugestão, pode pedir para que um Deputado faça isso. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na semana passada eu citei o exemplo do **Nelson Carneiro**, Senador da República, que durante muitos anos cobrou a lei do Divórcio do Congresso Nacional e, eu disse que, de forma firme, tenaz, vou, também, cobrar aqui do Governo os programas sociais e de distribuição de renda. Apelo aqui para o Deputado **Gabriel** que é Presidente da Comissão de Agricultura, para convidar o Secretário de Agricultura para vir à comissão e dizer por que não está sendo programado o pagamento do Pró-custeio. Estamos iniciando o inverno e não se fala no pagamento desse benefício. Os vales Alimentação, alegam que estão recadastrando e, em função disso, ele não está sendo pago. Da mesma forma, a Comissão de Saúde e Educação deveria chamar a Secretaria do SETRABES para explicar o porquê do Estágio Remunerado também não está sendo pago. Por que o restaurante popular está fechado? Por que a Bolsa Universitária também não esta sendo paga? Esses programas não têm recadastramento. O Estágio remunerado, por exemplo, necessita apenas do número de pessoas matriculadas. Portanto, estamos no quinto mês do ano e os programas sociais de distribuição de renda, principalmente o Vale Alimentação, simplesmente não estão pagando e nem se fala mais nisso.

Hoje, vou tratar de um assunto muito relevante para Roraima que é a tarifa de energia subsidiada para irrigação. Eu tive a oportunidade, Deputado **Célio Wanderley**, de visitar o **Afrânio** aqui no Município de Alto Alegre e conversar com o **Rodrigo** ainda no Município de Boa Vista, extremado com o Município de Mucajaí, haja vista que ele está do lado de lá do rio Mucajaí e sua tarifa de energia é paga para a Eletrobrás. E, o **Afrânio** trabalha com pivôs e a CER não faz medição, ele paga

taxa mínima. Já o **Rodrigo** que tem medição, está pagando sessenta mil reais por mês de energia. É um insumo que não pesa na composição final da produção desses pivôs que ele tem em Mucajá. Visitei, também, as pessoas que têm chácaras no entorno de Boa Vista, alguns deles chegam a pagar quando irrigam um mil e duzentos reais. Isso pesa para quem está lutando e extraindo do solo a riqueza. Estou citando esses exemplos e em cima disso comecei a fazer um estudo até para a CER ir pensando no que eu vou levantar aqui. E, levei esse estudo para a Senadora **Ângela Portela** para que juntamente com a ANEEL e o Sistema Eletrobrás possa nos incluir numa resolução já existente da Agência Nacional de Engenharia Elétrica.

Eu vou ler aqui um pouco do histórico. Em 03/04/92 o então Departamento de Águas e Energias - DNAE, órgão regulador do setor de águas e energia elétrica, hoje reestruturado e denominado de ANEEL, editou a portaria nº 105. E, tenho uma cópia em anexo. Ao longo dos anos essa portaria foi sendo aperfeiçoada conforme exigência da sociedade, mas sempre manteve os valores dos descontos das tarifas. Quer dizer, desde 92 o Brasil se preocupou em valorizar, num período de baixa demanda, de baixo consumo, aquelas pessoas que desejavam irrigar suas produções. Assim, a resolução nº 277, de 19/07/2000, para a região Nordeste, ampliou a área de atuação pioneira para área de atuação da SUDENE, tendo como base a lei nº 9690, de 14/07/98, que incluía a SUDENE e os municípios do Norte do Estado do Espírito Santo e de Minas Gerais. Novamente está aqui resolução 540, de outubro de 2002, onde foi criada a classificação do serviço de bombeamento de água destinado à atividade de irrigação agrícola, ou seja, o Brasil, ao longo desses anos, vem se preocupando com a irrigação para a produção de grãos, de hortifrutigranjeiro, e nós temos agora a resolução da ANEEL que está em vigor que é a resolução 207, de janeiro de 2006, que também mantém esses percentuais no mesmo patamar.

Vou ler aqui, Deputado **Erci de Moraes**, parte da resolução 205, de 09 de janeiro de 2006. No seu artigo primeiro, ela diz: “estabelecer nos termos dessa resolução os procedimentos para ampliação dos descontos especiais na tarifa de fornecimento relativo ao consumo de energia elétrica nas atividades de irrigação e aquíicultura”.

No artigo 2º, “o desconto deverá ser concedido pela concessionária ou permissionária de distribuição à unidade consumidora classificada como rural, inclusive cooperativa de eletrificação rural, incidindo exclusivamente na atividade de irrigação e na aquíicultura, desde que preenchido cumulativamente os seguintes pré-requisitos”. Só são três os pré-requisitos e, só em um, a ANEEL questiona a nossa situação, e nós estamos demonstrando que isso pode ser superado, pode ser contraposto.

O primeiro pré-requisito é que o consumidor solicite formalmente um requerimento, e que a unidade consumidora seja atendida por meios do sistema interligado nacional, porque Roraima sempre foi considerado um sistema isolado. Realmente somos um sistema isolado em relação ao sistema nacional. Mas hoje nós somos interligados a um sistema, o sistema Manáguas Guri e, Roraima tem 200 megawatts de energia e o nosso pico máximo, Deputado **Erci de Moraes**, foi 86 megas. Portanto, nós temos aí praticamente 110 megas sobrando que a sociedade paga e não usa e que poderiam usar para essa irrigação. Que o consumidor não possua débitos junto à concessionária, também outro pré-requisito essencial. O desconto será aplicado sobre o consumo de energia elétrica, verificado em período diário contínuo de 08 horas e 30 minutos, facultando a concessionária ou permissionária a distribuição, o estabelecimento de carga e de horário para início mediante acordo respectivo com o consumidor garantindo o horário das 21:30 às 06 da manhã. Por exemplo, Paraná aplicou a sua regra para ser consumido depois da meia noite até as 4 da manhã, e aí o consumidor de energia elétrica tem o desconto de 90%, e só paga 10% da sua tarifa.

Portanto, esse é o limite, ela tem que começar das 21:30 até às 06 horas da manhã, mas a concessionária pode, de acordo com disponibilidade do seu consumidor, do seu cliente, colocar que seja de 01 as 03, de 01 as 04, 12:30 até 3; 30 isso depende de um acordo firmado.

Essa resolução da ANEEL só não está sendo aplicada em Roraima, porque ela diz que tem que estar interligada ao sistema nacional, e nós ainda não estamos, mas, é uma perversidade isolar Roraima desse benefício simplesmente em função disso, haja vista que nós temos uma energia sobrando absurda.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Nobre Deputado **Famarion Portela**, dentro dessa pactuação com o Governo **Dilma**, aquele projeto de extensão de Tucuruí, no Amazonas, está sendo concluído agora no final do mês de maio e, imediatamente, começa a ampliação para interligá-la com Boa Vista, com a nossa

energia de guri, e ao mesmo tempo vamos fazer a interligação de Jatapú. O Governador esteve agora nesse final de semana para, também, interligar Jatapú na rede nacional. Com isso, estamos trabalhando na Secretaria de Planejamento para que o rebate, falamos assim, aqui em Roraima seja de 70%, ou seja, sobre o valor naquele período da noite, como Vossa Excelência está colocando, para quem teria que pagar 100, pagar 30. Também, vamos entrar com um projeto aqui e já peço apoio de Vossa Excelência quando o projeto entrar, porque esse desconto seja dado aos que formam a agricultura familiar, que terão esse rebate no pagamento de luz. Já existe uma resolução da ANEEL que regulamenta essa situação. Isso é para que o Senhor tenha conhecimento daquilo que nós estamos tratando em benefício da nossa população da área rural.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** continua. - Obrigado Deputado **Joaquim Ruiz**. Fico feliz, pois era um apelo que faria a Vossa Excelência para que a CERR já pudesse adotar esses critérios e começasse a tender a população rural. Vossa Excelência saiu, mas, citei o caso aqui do Afrânio que fabrica pivôs aqui na região do Alto Alegre. Ele não tem medição e paga taxa, mas o Rodrigo que está ali na margem do Rio Mucajá, paga 60 mil de energia/mês. Claro que isso pesa na composição final da sua produção, é pesado. Se ele tivesse esse abatimento de 70%, a energia cairia para 18 mil. É uma economia de 42 mil reais. É isso que nós estamos querendo e a Senadora **Ângela** já está fazendo o agenciamento junto a ANEEL para que a BOVESA também faça isso, porque é importante que tenhamos esse critério.

Deputada **Aurelina Medeiros**, peço a Vossa Excelência um pouco mais de tempo porque fiz, também, um levantamento de um pesquisador daqui da nossa Universidade. O Professor pesquisador **Wellington F. de Araújo**, do departamento de solos e irrigação da Universidade Federal, fez um trabalho de estudo sobre nossos índices pluviométricos de 48 anos. Ele pesquisou de 1993 a 1997, e podemos concluir do estudo desse professor, que temos aqui, absolutamente seguro, que não carece de irrigação somente nos meses de maio, junho, julho e agosto, os outros meses são passíveis sim de necessidade de irrigação, dependendo da intensidade do inverno. Deputado **Ionilson Sampaio**, quando o inverno é mais forte, tem aqui 06 meses de chuva abundantes, quando o inverno não é tão forte, só temos assegurado, segundo a pesquisa feita por este professor em 48 anos, os meses cuja precipitação atende a demanda da agricultura sem necessidade de irrigação.

Portanto, se nós queremos também ser um Estado forte, de produtividade forte e segura, temos que pensar Deputado **Ionilson Sampaio**, na irrigação, pois, para termos irrigação, nós temos que ter energia mais barata, e para entendermos isso, sabemos que 18 horas é o nosso pico, todas as luzes das ruas são acesas, da nossa casa muitas vezes ligamos ventiladores, ar-condicionados, além dos aparelhos que ficam ligados. Depois das 19, 20 horas, esse pico começa a diminuir. Cito, por exemplo, a Ville Roy, onde os postes têm 04 luminárias, e a partir da meia-noite, duas pétalas são desligadas para manter a iluminação pública a contento. Portanto, há uma queda de energia. Se há uma queda porque não utilizar essa energia para a irrigação, para gerar produção, gerar emprego, desde que ela seja subsidiada, seja mais barata porque ela está aí ociosa, sobrando.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Muito obrigado. Quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento, Estado nenhum desenvolveu. Nos Estados do sul: Santa Catarina, Rio Grande do Sul que são muito ligados ao setor primário, as indústrias se desenvolveram exatamente por causa disso. Sem o subsídio da energia, os Governadores da época, de forma inteligente, concederam o subsídio para o setor primário, e cobraram depois, com os produtos industrializados. Na realidade não é nenhuma benesse, é apenas uma forma inteligente do Estado proporcionar desenvolvimento com o subsídio da energia, solidificando o setor primário. Em seguida, as indústrias se instalam, e toda uma cadeia produtiva se instalou e faz o Governo arrecadar mais do que se deixa de arrecadar com a energia.

O que nós não podemos é taxar logo no setor primário, pois o produtor vai ter dificuldade de iniciar o seu processo produtivo por não ter condições financeira de manter sua produção.

Eu estava lendo a Folha de São Paulo de sábado, que trouxe uma matéria que a Presidente **Dilma** mandou fazer um estudo para que se baixe o custo de energia no País. No Estado de São Paulo houve uma coisa absurda, a distribuidora de energia, se não me engano, pediu o percentual de reajuste de 7,2% no preço de energia, e a ANEL concedeu um percentual maior, de 7,6%. Se a distribuidora de energia pediu 7,2% a ANEL disse que tinha que reajustar em 7,6%, eu acho isso um absurdo.

Então, a **Dilma** está revendo essas coisas. Acredito que seja uma

política nacional a questão da energia elétrica. Agora, o nosso Estado não pode ficar a margem disso. A CER que é para ser a indutora do desenvolvimento ao menos para o setor primário, para adotar a energia verde, que é a que vai para o produtor rural, tem que fazer isso, ou o nosso Estado vai continuar patinando, sem razão de existir. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua - Eu tenho o histórico da linha de transmissão de energia de Guri, mas vou fazer um resumo. Essa linha foi inaugurada em treze de agosto de dois mil e um, vai fazer dez anos, tem um extensão de seiscentos e setenta e seis quilômetros, e já está paga há muito tempo pela linha de consumo de combustível que nos chamamos de CCC, conta de consumo de combustível. Vocês já imaginaram quantos milhões de dólares nós já teríamos consumido só em óleo diesel se ainda tivéssemos operando aquelas máquinas antigas.

Então, essa linha custou sessenta milhões de dólares, e já foi paga sim. Ela nos fornece duzentos mega watts. A sociedade paga duzentos mega watts, e nós só consumimos no máximo oitenta e seis mega watts. Portanto, nós temos energia sobrando, porque usar essa irracionalidade de dizer que o Estado de Roraima não pode ser inserido, porque é isolada da interligação do Sistema Nacional.

Eu já fiz um estudo, já encaminhei para a Senadora **Ângela Portela**, e espero que ela faça o agenciamento junto a Agência Nacional de Engenharia Elétrica, para que a BOVESA tenha a boa vontade, através da resolução 205 da ANEEL, de inserir o Estado de Roraima neste contexto, e como já demonstrou o Deputado **Joaquim Ruiz**, que a CER faça o mais rápido possível a implementação desse programa para atender os agricultores que já estão usando a tecnologia de ponta com irrigação em pivô, como, também os da agricultura familiar que estão produzindo seus hortifrutigranjeiros para que a comida chegue até a mesa do roraimense mais barata. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso essa Tribuna para falar da viagem que fiz ao Peru, representando a Comissão de Direitos humanos desta Casa. Ao chegar ao Peru, na cidade de Lima com mais de 10 mil habitantes, deparei-me com uma delegação do Brasil muito grande, Deputados do Rio Grande do Sul, do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso, de São Paulo e apenas eu do Estado de Roraima. Mas, ali naquele país, especialmente na cidade de Lima, Capital do Peru, eu observei uma coisa de grande relevância que nós podemos aproveitar aqui no Estado de Roraima, que foi o sistema prisional daquele país. Fomos na sexta-feira, após o evento, visitar a cadeia de Lima e, chegando lá, deparei-me com uma coisa que merece uma cópia. Todos os presos trabalham, sem exceção, dentro do presídio. Lá existe uma cerâmica para produzir tijolos, e o governo fez uma coisa fantástica, qualquer empresa que ganhar uma licitação e essa for para fazer obra civil do governo do Peru, é assinado um termo de acordo com a empresa, e ela é obrigada a comprar 25% desses tijolos no presídio, e o restante dos tijolos são coletados pela Prefeitura de Lima que os distribui na periferia para construírem a casa daquelas pessoas de baixa renda ao redor da cidade. Deputado **Brito**, quero chamar a atenção de sua pessoa. Vossa Excelência sempre vem fazer denúncias de roubos, assaltos, e as pessoas perguntam: porque tanto roubo, assaltos? 70% a 80% dos roubos que acontecem na cidade de Boa Vista são praticados por presidiários, porque o nosso sistema penitenciário está falido, e nós precisamos fazer alguma coisa, e para melhorar o sistema penitenciário do nosso Estado, temos que fazer como manda a nossa Constituição Federal e a Constituição Estadual, a profissionalização do preso, fazer algo para que ele possa produzir e não deixar o preso sair da penitenciária pior do que entrou. O resultado da não profissionalização são os assaltos, arrombamentos, e a sociedade insegura. Vou sugerir a Secretaria de Estado e Cidadania, ao Governo do Estado, que se faça um novo modelo de sistema penitenciário aqui no Estado de Roraima, e uma outra coisa que observei na cidade de Lima, e que os Direitos Humanos são rigorosamente preservados, os direitos das crianças, os direitos dos idosos, o direito da mulher. O fórum internacional dos Direitos humanos não foi escolhido a toa na Cidade de Lima, porque hoje, lá, é um exemplo da cidadania e dos direitos humanos. No encerramento desse evento, tivemos a presença do Presidente daquele país, Alan Garcia, da Prefeita de Lima que tem apenas 41 anos de idade e que tem o nome de uma atriz brasileira muito conhecida, "**Suzana Vieira**", e, no encerramento, ela disse uma frase muito importante: "as pessoas só se tornam ruins, más, porque, às vezes, não têm uma oportunidade de ser uma pessoa boa". O sistema prisional tem esse dever, o governo tem esse dever, e nós precisamos fazer isso funcionar. Quero me dedicar a

esta Comissão, quero ajudar e contribuir para que possamos melhorar a qualidade de vida de todos nós, mas, também, é preciso melhorar o sistema prisional, é preciso ver a questão dos direitos humanos. Em Lima, no encerramento, houve, também, um palestrante brasileiro, homem de notório conhecimento jurídico, Ministro Gilmar Mendes, e na sua palestra ele disse a seguinte frase "o Brasil não sabe cuidar dos presos". Sabe, os presos muitas vezes não dão só despesas na penitenciária, dão muitas despesas no sistema de saúde, ao mandarem os presos para lá. É preciso haver recuperação, haver uma Secretaria do Estado de Cidadania comprometida com os direitos humanos, com a recuperação do preso e com o sistema que funciona. Fiquei surpreso, Deputado **Flamarion**, a Secretaria de Justiça e Cidadania não tem nenhum psicólogo, assistente social, não tem nenhum projeto de recuperação dos presos, não tem nenhum projeto na área industrial, colônia agrícola, na profissionalização do preso. É impossível recuperar alguém dessa forma. Porém, fiquei feliz em ter ido aquele país, as informações, os ensinamentos foram valiosos, de grande relevância. Quero ajudar a mudar o sistema prisional do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado **Xingu**, gostaria de parabenizá-lo pelas colocações que são de suma importância para esta Casa e dizer que comungo com Vossa Excelência desse sentimento e vontade que o sistema prisional realmente faça o seu papel, que é ressocializar, devolver para sociedade pessoas aptas a conviver novamente com os seus, produtivos, que possam ser reintegrados na sociedade como cidadãos dignos. Vossa Excelência colocou muito bem quando disse que todos aqueles que fazem parte do sistema prisional devem trabalhar, produzir, se sentir úteis e, a partir daí, desenvolver suas aptidões e se profissionalizar lá dentro, para quando reintegrarem à sociedade, permanecerem trabalhando e gerando dignidade para suas famílias. Acredito, também, Deputado **Xingu**, que tudo parte do princípio da família, da educação familiar, da educação literária, da integração com toda a sociedade. Nós devíamos prevenir, para depois não remediar. O trabalho parte da educação e, a partir daí, da necessidade dessas pessoas de se inserirem no mercado de trabalho e, com certeza, não vamos ter pessoas violentas mandando para o sistema de saúde suas vítimas, vamos ter muito menos presos para fiscalizar. Está de parabéns Vossa Excelência e conte comigo nessa demanda de transformar o modelo do sistema do nosso Estado, para que nossos detentos possam se ressocializar, vir para sociedade se reintegrar e dar dignidade as suas famílias. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua. Finalizando, quero pedir ao Deputado Coronel Chagas, que uma pesquisa revela que apenas 2% da polícia, tanto civil, quanto militar são suficientes para humilhar o homem de bem, para desmoralizar pessoas que trabalham aqui nesta Casa há 20 anos. Fiz esta pergunta ao Ministro **Gilmar Mendes** porque nunca vi o Tribunal Militar, como está previsto na Constituição Estadual, condenar nenhum policial por tortura e, conheço muitos homens de bem que nunca foram a uma delegacia, que não sabem o que é um processo, e foram humilhados por um mau policial na frente de seus filhos e famílias. Eu vou proferir processo de cooperação a esta Comissão ou ao Comando da Polícia Militar, com o Ministério Público, e não vamos ser omissos a Comissão de Direitos Humanos desta Casa não irá ser omissa a este tipo de crime contra a pessoa humana. Muito obrigado.

A Senhor Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não há mais Oradores inscritos e nem há Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, requeiro Horário de Liderança.

A Senhor Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Concedido o Horário de Liderança.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu requeri o Horário de Liderança para tratar de dois assuntos. Primeiro, acabei de entregar a Vossa Excelência um Requerimento assinado pelos Deputados presentes no plenário, para que a Mesa Diretora desta Casa, em Audiência Pública, ouvisse os desentrosados da Raposa/Serra do Sol. Esses trabalhadores roraimenses, que tiveram seus direitos aviltados pelo Governo Federal, tiveram seus direitos chocados, e estão aí, como diria na gíria popular "a ver navios" sem qualquer apoio do Governo Federal e do Governo do Estado. Portanto, estamos requerendo a Vossa Excelência, com a assinatura dos Deputados presentes em plenário, que possa marcar data e hora para que possamos ouvir as lideranças das pessoas envolvidas na questão.

Gostaria, também, de pedir a Vossa Excelência que convide

para esta Audiência Pública o Desembargador Federal, Doutor **Girair**, Presidente do Tribunal Regional Federal, visto que ele foi testemunha e assinou como avalista se comprometendo com o reassentamento e indenizações dos trabalhadores desentrosados da Raposa/Serra do Sol. Gostaria que convidasse o INCRA, o ITERAIMA, o Secretário de Agricultura e, também, o Deputado Federal **Paulo César Quarteiro**.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - convida o Ministério Público Federal também.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Que seja convidado o Ministério Público e outras instituições até a data da Audiência, e quem mais acharmos necessário convidar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado, inicialmente eu quero parabenizar pelo seu pronunciamento, não poderia deixar de apartear Vossa Excelência.

O que ocorreu com os pais e mães de famílias que ali vivem se pararmos para fazer uma reflexão, se nos colocarmos um minuto no lugar daquelas pessoas que ali moravam, pessoas que dedicaram centenas de anos, famílias e famílias... Muita luta e suor, muito sangue, às vezes, até vidas perdidas na época por falta de condições de estradas, de trafegabilidade, pessoas trabalhando de forma decente, honesta, respeitosa, dando sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do Estado, e de repente cessa tudo de uma vez. O que foi prometido pelo Governo Federal de uma prévia avaliação e futura indenização compensatória, não chega, passou anos e essas pessoas continuam à espera. Muitas vezes, tudo que tinham estavam depositados ali, e vai passando o tempo e se pergunta o que se vai fazer da vida. O que eles sabiam fazer era trabalhar na terra, produzir, criar gado. Quero citar um exemplo desses, que dói na alma das pessoas. O Senhor **Galego** foi uma das pessoas que desbravou aquela região, e hoje vive em uma situação tão difícil, vivendo de um pequeno comércio. Desprovido de mão de obra qualificado, ele veio para a cidade esperando ser ressarcido pelo seu imóvel, e nada aconteceu. Hoje, vive o desgosto da vida esperando que um dia melhore, e esse dia não chega. Parabéns pelo Requerimento, por trazer a discussão e buscar uma solução. Do jeito que o Governo Federal exigiu que os pais de família sássem, nós temos que exigir que o Governo Federal cumpra as promessas. O desespero leva as pessoas a pensarem em voltar para lá, pois não têm oportunidade, não têm horizonte, não têm condições de manter suas famílias. É angustiante quando se tem uma fonte de renda e só se sabe fazer aquilo, e de repente lhe é tirado.

Então, é muito importante que todos os segmentos envolvidos sejam convidados, para que esse debate possa renovar a esperança dessas famílias que esperam por uma solução definitiva. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Senhor Presidente, eu vou entrar em um assunto que me deixa triste que mexe com os meus sentimentos. Estive em Brasília há sete anos e, naquela época, eu procurava um partido político para me filiar. Fui orientado pelo Deputado **Salomão Cruz** que procurasse o Deputado **Valdemar da Costa Neto**, do PR. Naquela época, eu o procurei, e pedi que nos entregasse o Partido da República em Roraima, e ele de pronto nos entregou. A partir daí sai procurando companheiros em todo o Estado para se filiarem ao PR. Entre eles convidei o Deputado Federal **Luciano Castro**, meu amigo de muitos anos, o Deputado **Almir Sá**, e tivemos a honra, inclusive, de que a fundação do PR em Roraima fosse referendada com a presença do Vice-Presidente da República, **José de Alencar**, que abonou a minha ficha de filiação, abonou a filiação do Deputado **Luciano Castro**, do **Almir Sá** e de vários Prefeitos e Vereadores deste Estado.

Infelizmente, no ano passado, em função das eleições, tivemos muitos problemas dentro do partido. A minha candidatura ao Senado não agradava o grupo que mandava de fato no Partido da República. E, depois o partido tomou outro caminho. Além de não me apoiar para o Senado da República, apoiou um candidato que eu não apoiava. Então, consegui do partido uma autorização para que na convenção eu ficasse liberado para apoiar os candidatos que eu quisesse, e subir no palanque que eu quisesse. Disto não posso reclamar dos colegas de partidos, no entanto, os nossos mundos estavam diferentes. Eu estava de um lado e os colegas que atualmente mandam no partido de outro lado. Não havia como ficarmos do mesmo lado. Reiniciamos o ano, fui eleito Deputado Estadual, estamos aqui pela vontade soberana do povo, mas os caminhos continuam em lados opostos, não há mais clima, condições políticas para que eu fique no partido. Eu era Presidente do partido, sem nenhuma mágoa, mas fui tirado da presidência do partido sem sequer ser informado. Nem na comissão executiva do partido eu fiquei, e sequer fui informado disso. Quero

deixar claro que não guardo nenhuma mágoa. Em conversa com o Deputado **Joaquim Ruiz**, falávamos disso. O nosso coração não pode guardar mágoa, o coração de quem guarda mágoa não é feliz, e eu não guardo mágoa ou rancor, as minhas raivas são momentâneas. A minha mãe me ensinou que precisamos ser feliz.

Então, não guardo nenhuma mágoa dos companheiros, e nem desses atos que foram cometidos contra a minha pessoa, mas, preciso encontrar um outro caminho e, nesse objetivo de encontrar um novo caminho, enviei Ofício relatando a história ao Presidente do partido do meu Estado, meu companheiro e amigo de longas datas, Deputado **Remídio Monai**. Também dirigi Ofício, na mesma data, ao Presidente Nacional do Partido da República e ao Secretário Geral do Partido, Deputado Federal **Valdemar da Costa Neto**.

O Ofício que dirigi a Executiva Regional e a Executiva Nacional pedia autorização para me desfiliar do Partido da República pelas razões que relatava naquele documento.

Quero ler um trecho apenas da resposta. Não vou ler a carta que encaminhei porque é longa, porque vai trazer sentimentos que certamente não gostaria que viesse a público, mas que é de conhecimento interno do Partido da República. Senhora Presidente, o Deputado **Remídio**, Presidente do Partido Regional, respondeu-me no dia 28 de março de 2011 e vou ler dois tópicos da sua resposta.

Aceitamos o seu pedido de desfiliação do seu grupo político, desde já, reconhecemos como excludente a eventual discussão a cerca do cometimento de fidelidade partidária, todos os argumentos tecidos por Vossa Excelência. Por fim, fica Vossa Excelência, liberado para integrar a outra agremiação partidária, manifestando o Partido da República o desinteresse de reivindicar o seu mandato de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. **Remídio Monai Montessi**, Presidente Regional do Partido da República do Estado de Roraima.

Senhora Presidente, quero fazer a leitura do ofício encaminhado pelo Deputado **Valdemar da Costa Neto**, a minha pessoa, quando ele diz:

Senhor Deputado, cumprimento cordialmente Vossa Excelência e aproveito o ensejo do presente para tratar do assunto abaixo discriminado. Acusamos o recebimento de correspondência datado do dia 28.03.11, protocolizado perante a Comissão Executiva Nacional, a qual Vossa Excelência relata e justifica suas razões para sua pretensão de desfiliar-se de nossa agremiação partidária em que pese o fato de lamentarmos a manifesto, divergência entre as lideranças do Partido da República no Estado de Roraima. Afirmamos que, em virtude da linha política partidária de atuação de nossa legenda em nosso Estado, temos que sua manutenção em nosso quadro filiado, causará indiscutivelmente um manifesto por Vossa Excelência e constrangimento de natureza política para ambas as partes, assim, para que possamos evitar enormes constrangimentos de ordem política e até mesmo pessoal para as partes envolvidas, consideramos ser justas a desfiliação pretendida por Vossa Excelência nos termos já manifestados pela Comissão Executiva Regional Provisória do Partido da República em nosso Estado, em face de tais considerações, manifestamos nossa posição de não postular o mandato de Deputado Estadual obtido por Vossa Excelência por expressa vontade do povo de Roraima por motivo de desfiliação partidária, em respeito aos princípios constitucionais, concluindo assim, se incompatível a permanência de Vossa Excelência no Partido da República. Sendo o que se apresenta pelo momento, renovamos votos de apreço e estima, e desejamos que Vossa Excelência continue trilhando esta trajetória política de sucesso que tanto orgulha o povo do seu Estado. **Valdemar da Costa Neto** – Secretário Geral do Partido da República.

Senhora Presidente, quero encerrar e agradecer a Vossa Excelência pela paciência, tolerância, a todos os colegas, ao **Remídio** da Amatur e os colegas do Partido da República que aceitaram o meu pedido e entenderam a minha situação. Quero deixar claro que em todos os momentos o Deputado **Remídio** teve a maior grandeza de estar conversando comigo para que não houvesse conflito maior e que a solução fosse a melhor possível. Muito obrigado a todos.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem. Senhora Presidente, requeiro o tempo de liderança.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Concedo o tempo de liderança ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes neste Plenário.

Primeiro, quero desejar ao Deputado **Mecias** sucesso no seu

novo partido, visto que, as pendências no PR foram resolvidas. Creio que irá rumo ao PSD. Era para estarmos juntos nesta última eleição quando Vossa Excelência lançou sua candidatura ao Senado Federal. Inclusive, começou a fazer campanha como candidato ao Senado e eu como candidato a Deputado Estadual. No Sul do Estado comecei minha campanha, já trabalhava quando veio a surpresa e o desânimo de que com a sua volta para se candidatar a Deputado Estadual, eu perdi muitos votos, mas esse é o destino, o desejo de ter participado desse processo todo da criação do PR e agora, vem a dificuldade de permanecer no partido e de ter que buscar um novo horizonte, desejo sucesso a Vossa Excelência.

O que me traz a Tribuna, Deputado **Flamarion**, é o problema da CERR. Vossa Excelência fez várias denúncias, detalhando, inclusive, o plano do projeto básico onde existem várias dúvidas. Vossa Excelência é o único engenheiro eletrônico aqui entre os colegas Deputados.

Senhora Presidente, quero propor o seguinte; hoje ou amanhã estamos fechando tudo aquilo que o Deputado **Flamarion** pediu, mas gostaria de apresentar para a Assembléia algo mais profundo, queria propor, se possível entre o dia 9 e 11, que além do que a empresa e a Secretaria de Infraestrutura irá disponibilizar para Comissão formada por Deputados, que fosse imprescindível a presença do Deputado **Flamarion** para que ele verifique in loco. O que estamos propondo ao Deputado é fazer toda a explanação áudio visual, com detalhamento de todos os serviços e, também, fazermos uma visita às obras que estão sendo feitas, porque é preciso que tenhamos conhecimento se realmente ali tiver algum tipo de erro, algum crime cometido com recurso público. Não só Vossa Excelência tem razão. Eu vou me aliar para defender aquilo que é um patrimônio nosso. Então, o que estou propondo é a criação de uma Comissão com 8, 10 Deputados. Só quero acertar a data, pois não pode ser dia 12 porque tenho uma reunião com o Ministério Público Estadual e Federal. A Presidente da CERR comunicou-me que esse é o único dia que não dá para fazer o que estamos pretendendo. A idéia é fazer uma explanação com toda equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura e da empresa que está executando a obra. E, além disso, nós iramos pessoalmente visitar todas as obras que estão sendo executada. Não existe forma melhor de pormos as coisas transparentes se não fizermos esse tipo de trabalho que estamos propondo aqui. Quero, também, agradecer ao povo do interior que está nos assistindo agora.

Eu gostaria, antes de encerrar, de comentar aquilo que o Deputado **Flamarion Portela** explanou que a Senadora **Ângela Portela** está trabalhando, porque o único Estado que está fora do sistema é o Estado de Roraima. Então, quero me reportar às pessoas que estão nos escutando lá no Município de Iracema, no Município de Rorainópolis, sobre o problema da interligação de Roraima com o sistema energético brasileiro. Só para que eles tenham uma idéia, o peso da bancada do Nordeste fez com que eles tenham um desconto de 90% sobre o valor tarifado. As outras Regiões não alcançaram esse desconto. Então, queria fazer um apelo a Vossa Excelência para que, no momento em que a Senadora **Ângela Portela** for discutir com o pessoal, com o Ministério das Minas e Energias e com a Agência de Energia, defina, e coloque o Norte no mesmo processo em que está o Nordeste. Não é aceitável, nós que temos, a segunda maior hidrelétrica do Norte do Brasil, não termos o privilégio que tem os nordestinos. Sei que o Nordeste é uma região diferenciada, mas, hoje, com os investimentos que foram feitos, e o Deputado **Brito** esteve recentemente lá e mostrou aqui várias regiões gerando emprego, aquecendo a economia, ele não pode ser tratado como a parte pobre do Brasil. As dificuldades mais fortes estão na Amazônia. Nós não somos interligados ao sistema, não temos uma infraestrutura de estradas adequadas, não temos um turismo forte, com raríssimas exceções. Então, quem mais precisa de apoio do Governo Federal hoje é a Amazônia. O problema de nossos irmãos da Raposa/Serra do Sol ainda não foi resolvido, acabamos de assinar um apelo para fazermos uma Audiência Pública para que se cobre da Justiça e do Ministério Público Federal a solução que foi acordada entre as partes, a qual não está sendo cumprida. Isso é importante, neste momento em que a união começa a fazer esse processo de transferências das terras para o Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Queria, para ilustrar o pronunciamento de Vossa Excelência, dizer que conhecemos bem o Nordeste e acho que esses incentivos já geraram bons frutos lá. Cito, agora, para enriquecer o que Vossa Excelência falou as seis maiores capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte. Essa é a relação das seis maiores

idades brasileiras divulgadas no censo da semana passada pelo IBGE. Isso só mostra o quanto cresceu Fortaleza que perdia para Recife, para Salvador, entretanto, hoje, ela suplantou até Belo Horizonte. Então, realmente os incentivos para o Nordeste já tem dado bons resultados. Hoje, não vemos aquela miséria que víamos anteriormente, não vemos mais aquela fome. Então, acho que é hora de focalizar um pouco o Norte, o homem sofredor, o homem que precisa de algum estímulo, de algum incentivo, até para ter mais garra, vibração e determinação em ajudar, também, o progresso do norte do Brasil. O Norte está carecendo dessa atenção do Governo Federal neste momento e, até das instituições internacionais. Falo isso porque todo mundo quer a nossa preservação ambiental e temos que nos esforçar para mantermos essa preservação, mas ela tem um custo. Se for importante para o mundo, que o mundo rico pague por isso também, que dê condições aos ribeirinhos do Amazonas, do Amapá, de Roraima, para que tenham qualidade de vida e não quiserem somente beneficiar da derrubada ou da agressão ao meio ambiente. Então, todo esse processo, essa nova visão das autoridades, é para que o Norte comece a receber esse incentivo e para começamos com essa bandeira que vamos levantar juntos, reduzir a tarifa de energia para quem quer produzir para quem, efetivamente, produz. Muito obrigado e parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Senhor Presidente, com o sistema energético começa a se rediscutir a reforma tributária brasileira. Nós não vamos resolver o problema da energia se nós não pactuarmos. Essa pactuação é necessária em relação à carga tributária que se embute na energia e nos combustíveis do nosso País como as grandes indústrias voltadas para a produção do alumínio e siderurgia, estão indo para países que não produzem, que não têm a matéria prima, como o Uruguai. O Grupo Gerdau está implantando uma indústria no Paraguai e outra no Uruguai porque o custo da energia no Brasil está inviabilizando a industrialização dessas matérias primas, voltadas para a fabricação do alumínio. Se o Brasil não refletir sobre essa carga brutal que incide sobre a energia, nós não iremos a lugar nenhum. O litro da gasolina sai da Petrobrás a um real. Os Estados brasileiros colocam uma alíquota de ICMS de 30%, mais ou menos, como o Rio de Janeiro, por exemplo. O que ocorre? É preciso reformular esse modelo arrecadatário. Por que o Estado e a União cobram em cima da energia elétrica e dos combustíveis? Porque é uma arrecadação segura, eles não têm o risco da sonegação. Mas esse preço fica pesado para o povo brasileiro porque acaba tirando o emprego das pessoas. Sobre a energia elétrica, além dos 25% do ICMS, incide o PIS, o COFINS, a SID, o que é um absurdo. Quando se paga o seguro do carro, o IPVA, nós estamos pagando duas vezes o tributo sobre o veículo. O IPVA é para a manutenção das estradas, mas, ainda pagamos a SID para mantê-los. Ou seja, criaram um imposto em cima de outro imposto. Acredito Senhora Presidente, que deveria sair uma comissão daqui e ir a Brasília discutir com a nossa bancada, apresentar proposta sobre a reforma tributária, sobre a reforma da energia que a Presidente **Dilma** quer fazer. Contudo, ela não irá resolver o problema energético dos estados brasileiros se não resolver o problema tributário, porque não adianta eu propor uma redução no custo da energia se eu não mexer na parte tributária. O que incide de imposto na energia elétrica supera 42,5%. Essas coisas precisam ser revistas em nosso País para que melhore a qualidade de vida do nosso povo. Era o que eu tinha a dizer Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Senhores Deputados, encontra-se sobre a Mesa um requerimento assinado pela maioria dos Deputados solicitando, após ouvir o plenário e em data a ser programada pela Mesa Diretora, que seja realizada Audiência Pública com os produtores rurais retirados da área Raposa/Serra do Sol, sobre a atual situação de reassentamento desses produtores.

Solicito ao Senhor Primeiro secretário proceder à leitura do requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ionilson Sampaio**) – Lido o requerimento.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Vou encaminhar o requerimento à Secretaria Legislativa para que faça os procedimentos. E, gostaria de dizer que hoje ouvi um comentário no Jornal de que os produtores pensam em retornar para suas terras nas áreas indígenas porque até hoje não foi resolvido o reassentamento. Reassentamento não, porque eles nunca foram assentados, eles tinham suas terras, e nos mais dos meus trinta anos de vida lutando com isso, a gente cansa, e vendo o rosto do senhor **Ailton**, é uma tristeza vermos isso acontecer. Quero solicitar que contactássemos o Tribunal

Regional Federal, na pessoa do Desembargador, o qual veio aqui, o INCRA, todas as instituições envolvidas nesse processo e principalmente, os órgãos do governo federal, para estabelecermos uma data, a mais próxima possível dentro da disponibilidade de tempo dessas pessoas, para que possamos fixá-la nessa Casa e voltarmos novamente, quase implorando, para que sejam resolvidos os problemas dos produtores rurais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Pede questão de Ordem – Sobre a data da audiência com a presidente da CERR, gostaria que Vossa Excelência marcasse, também, sobre a denúncia do Deputado **Flamarion Portela**.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Vou solicitar também que seja marcada.

Coloco em discussão o requerimento.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o requerimento.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Quería pedir à Mesa Diretora e a nossa Assessoria que amanhã apresentasse para nós os pedidos que já foram aprovados aqui no plenário, solicitando a presença de Secretários aqui nesta casa. Salvo engano, já pedi aqui que várias autoridades pudessem vir a esta Casa. Então, peço a nossa Assessoria que apresente para nós, para podermos trabalhar uma agenda para que as pessoas pudessem vir aqui, como no caso do nosso Secretário de Saúde. Há aqui convite ao Secretário de Obras e acredito que já tenha um convite para o Secretário de Agricultura aprovado nesta Casa, para que ele venha aqui. O Secretário de infraestrutura também. Nós precisamos trazer o secretário aqui para tratarmos de assuntos de interesses da população que são de extrema importância para os trabalhos parlamentar.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Gostaria de fortalecer a solicitação do Deputado **Remídio Monai** e pedir que a Secretaria Legislativa apresente até amanhã, na sessão, todos os pedidos de audiência para o plenário ou para as comissões que já passaram por esta Casa.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Gostaria de fazer uso do expediente de Explicações Pessoais para convidar os Deputados **Jalser Renier, Erci de Moraes, Gabriel Picanço e Rodrigo Jucá** para a reunião da Comissão de Comércio e Turismo, às 15 horas, onde receberemos autoridades que representam essas pastas no Estado, para discutirmos assuntos pertinentes à comissão.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Permita-me. Gostaria de sugerir à comissão que faça um convite às Assembleias Legislativas do Estado do Amapá, Acre, Rondônia e Amazonas para prestarmos uma homenagem pelo trabalho brilhante da SUFRAMA. Eu que fui prefeito do interior sei o quanto a SUFRAMA foi importante aqui no nosso Estado durante todos esses anos trazendo investimentos maciços na área do comércio, indústria. Que a Comissão faça esse convite para prestarmos homenagem à SUFRAMA, na pessoa da Doutora **Flávia Grosso**, que é a superintendente, é uma técnica extremamente correta e competente, pois a SUFRAMA completou seus 30 anos de existência e a nossa casa também deve prestar uma homenagem, visto que, todos os outros Estados da região amazônica já fizeram isso.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, convoco os Senhores Deputados **Erci de Moraes, Coronel Chagas, Célio Wanderley e Ionilson Sampaio**, para nos reunirmos após a Sessão, com objetivo de tratarmos de assuntos da Comissão Especial Interna 010/11. Quería, ainda, corroborando com o que disse o Deputado **Remídio Monai**, ratificado pela Deputada **Aurelina Medeiros**, lembrar que o Secretário Estadual de saúde, por dispositivo legal, pelo fato dele ser gestor do SUS, trimestralmente tem que apresentar sua prestação de contas ao poder legislativo. Então, é oportuno Deputada **Aurelina Medeiros**, que seja convidado o Secretário **Leocádio** para vir aqui e fazer uma explanação nos próximos dias em obediência a essa legislação. Obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado, para a Comissão de Educação já fizemos por escrito, tanto para o Secretário de Educação, quanto para o Secretário de Saúde, pedindo o balanço trimestral de cada Secretaria.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Quero aqui registrar com pesar o falecimento do Senhor **Ogier Wanderley de Moura**, pioneiro da criação do município de Amajari. Ele foi

administrador enquanto ainda era vila. Sempre trabalhou, era uma pessoa emblemática, todo mundo o conhecia lá no município de Amajari. Faleceu nessa madrugada aqui em Boa Vista. O enterro dar-se-á no próprio município de Amajari. E, queria aqui, de antemão, agradecer a todas as pessoas que fizeram e poderão fazer alguma coisa pelo nosso município. O **Ogier** foi uma das pessoas que mais contribuiu, era o nosso construtor, administrador, conselheiro, foi uma das primeiras pessoas a habitar aquela vila.

A Senhora Deputada **Ângela Aguida Portella** – Senhor Presidente, nobres colegas, a minha colocação é a respeito da audiência pública que está marcada para segunda feira, às 08:30, para debatermos sobre a violência doméstica como fator de desagregação familiar. Gostaríamos de contar com a participação de todos vocês devido à importância do assunto. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhora Presidente, bom-dia a todos. Quero convocar os Deputados **Coronel Chagas, Ângela Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Ionilson Sampaio**, para nos reunirmos após o término da Sessão, para discutirmos sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 01/11, da Comissão Especial Interna, criada através da Resolução nº 003/11.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Gostaria de frisar que fico feliz por todas as comissões estarem se reunindo. Encaminhamos ofício para a Assembleia Legislativa. Há um ato normativo, de 2007, que estabelece calendários de reuniões de todas as comissões às terças-feiras. Peço ao Presidente da Comissão de Constituição, pois há matéria para ser discutida hoje, que se puder, convoque à tarde e estaremos aqui.

Registro com pesar, até porque considero como filho o Doutor **Marcio Dornelles**, o falecimento da sua mãe ontem. O corpo estava sendo velado na capela perto do Amarelinho e seu sepultamento se dará ainda hoje.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria de convocar os membros da Comissão de Agricultura, os Senhores Deputados **Erci de Moraes, Naldo da Loteria, Ângela Portella, Brito Bezerra** para, logo após o término da sessão, nos reunir para deliberarmos matérias pertinentes à comissão.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Para lembrar a Vossa Excelência sobre o problema da ida dos Deputados ao Mato Grosso, ficou acertado com o Governador vermos o projeto que vamos implantar aqui. Convoco os Deputados da comissão do Meio Ambiente e da Agricultura, e convido especialmente o Deputado **Mecias de Jesus** que faz parte da Comissão de Agricultura para irmos lá.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 04, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Janio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Rodrigo Jucá**.

Aprovada Ata Sucinta em:03/05/11

## ATAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011.

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às dez horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, **Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas**. Ausentes os Senhores Deputados **Flamarion Portela, Aurelina Medeiros e Jalser Renier**. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado **Chicão da Silveira**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros,

submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos **Moção de Aplausos n.º 011/11**, de autoria da Mesa Diretora, “**Pelo Centenário das Igrejas Assembleia de Deus no Brasil**”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais designou o Senhor Deputado Coronel Chagas, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente na reabertura dos trabalhos, constatou na Ordem do Dia à Proposição, analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após leitura, o Senhor Relator, ressaltou em síntese, apresentou o histórico da instituição religiosa, no Brasil, que há 100 anos ocorreu a fundação das Igrejas Assembleia de Deus e, em Roraima, há 96 anos. A Igreja, em Boa Vista, é presidida pelo Pastor Isamar Ramalho e conta com mais de 50.000 (cinquenta mil) Membros, sendo a maior denominação em número de membros do Estado de Roraima. Conta com 368 (trezentos e sessenta e oito) congregações, 182 (cento e oitenta e dois) Pastores Evangelistas e 46 (quarenta e seis) Missionários, espalhados em terras indígenas, comunidades ribeirinhas, nos países vizinhos, como: Venezuela, Perú, Guiana e no continente Africano. Continuando, o Senhor Relator informou que, para comemorar o centenário, a igreja em Roraima realizará, no período de 04 a 06 de junho do corrente, grande festa na Praça do Garimpeiro. Durante esse evento, será realizado batismo de 1.500 (mil e quinhentos) fiéis, simultaneamente, em três piscinas montadas especificamente para esse ato. Em seguida o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não havendo discussão, submeteu à votação, sendo aprovado pelos Senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação da Matéria, encerrou a reunião às dez horas e dez minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 15/06/11

**COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR  
 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE  
 MARÇO DE 2011, PARA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-  
 PRESIDENTE PARA O BIÊNIO 2011 – 2012**

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário, Deputada Noêmia Bastos Amazonas, deste Poder, sito à Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Ética Parlamentar, com a finalidade de eleger o Presidente e Vice-Presidente, na condução dos trabalhos para o biênio dois mil e onze a dois mil e doze conforme Resolução 009/11. A referida Comissão, representada por lideranças partidárias, foi composta pelos Senhores Parlamentares **Marcelo Natanael - PRB; Gabriel Picanço - PSB; Ionilson Sampaio - PSB, Ângela Águida Portella - PSC e Coronel Chagas - PRTB**. Na condução dos trabalhos, obedeceu-se o Regimento Interno deste Poder, portanto, presidiu a reunião, o Parlamentar mais velho dentre os membros presentes desta Comissão, a Deputada **Aurelina Medeiros**. A seguir, a Senhora Presidente, constatando haver quorum regimental, iniciou os trabalhos procedendo a eleição de Presidente, Vice-Presidente e Suplentes desta Comissão, antecedida de amplas discussões e concluído o processo de votação, ficou definido por unanimidade dos Senhores, Membros desta Comissão, a direção dos trabalhos, para Presidente o Deputado **Marcelo Natanael**, e para Vice-Presidente o Deputado **Gabriel Picanço**. Após a eleição, a Presidente em exercício Deputada **Aurelina Medeiros** passou a presidência dos trabalhos ao Presidente eleito Deputado **Marcelo Natanael**, o qual proferiu palavras de agradecimentos pela escolha de seu nome. Continuando, o Senhor Presidente determinou a Secretária desta Comissão comunicar ao Presidente deste Poder, o resultado da eleição. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas. E, para constar, eu, Marize Quirino, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Marcelo Natanael**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 16/06/11

**ALE-RR SOLIDÁRIA**

**SOS**  
**RORAIMA**

**Ser solidário é ser cidadão**



Uma campanha da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - A FORÇA DO POVO.

Ajude aos  
desabrigados  
de Roraima.

**DOE**  
**ALIMENTOS,**  
**ROUPAS,**  
**CALÇADOS**  
**E ÁGUA.**

**(95) 4009 5578**

Postos de coleta:  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | CHAME | ESCOLEGIS

**ALE-RR SOLIDÁRIA**

**SOS**

**RORAIMA**

**Ser solidário é ser cidadão**

Ajude aos desabrigados de Roraima.

**DOE ALIMENTOS, ROUPAS,  
CALÇADOS E ÁGUA.**

**(95) 4009 5578**

**Postos de coleta:**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA | CHAME | ESCOLEGIS**



Uma campanha da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - A FORÇA DO POVO.